

Cidadania no contexto da transformação digital na América Latina: uma proposta de framework analítico

João Paulo dos Santos da Silva ^{a*}, Diana Cruz Rodrigues ^b

^a Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade da Amazônia, Belém, Brasil, joaopssilva803@gmail.com, 0000-0002-6096-4544

^b Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade da Amazônia, Belém, Brasil, dicruzrodrigues@gmail.com, 0000-0001-6670-8907

Submitted: 31 January 2025, Revised: 26 March 2025, Accepted: 21 April 2025, Published: 21 May 2025

Resumo. O artigo é um ensaio teórico que busca apresentar um framework de análise e um quadro analítico das dimensões de cidadania no contexto da transformação digital na América Latina a partir dos diferentes projetos políticos em disputa na região. Para a construção do framework e do quadro, são utilizadas as dimensões de cidadania de status legal/associação, direitos sociais e participação. O conceito de cidadania no contexto da transformação digital é apresentado em contraposição ao conceito de cidadania digital, a partir do entendimento de que a cidadania é um processo abrangente e em constante mudança através das práticas sociais dos agentes e das instituições. A transformação digital afeta este processo permanente da cidadania permitindo o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) por parte das instituições e agentes na construção destas práticas sociais. No contexto latino-americano, os projetos políticos democrático-participativo e neoliberal estabelecem uma disputa de significados de dimensões chave como status legal/associação, direitos sociais e participação. Neste contexto, as práticas sociais são orientadas por estes projetos políticos em disputa. O framework e o quadro analítico propostos neste estudo buscam contribuir para a análise da complexidade do contexto latino-americano ao estabelecerem essa relação entre o impacto das práticas sociais com uso de TIC nas dimensões da cidadania e a orientação dessas práticas pelos projetos políticos em disputa.

Keywords. Cidadania, Transformação digital, Práticas sociais, Projetos políticos, América Latina
Research paper, DOI: <https://doi.org/10.59490/dgo.2025.1001>

1. Introdução

Com o avanço da transformação digital nas relações sociais e entre Estado e sociedade, a cidadania cada vez mais vem sendo relacionada com a utilização de tecnologias da comunicação e informação (TIC), gerando o conceito de cidadania digital (Mossberger et al., 2008; Mossberger & Tolbert, 2021; Schou & Hjelholt, 2018). A perspectiva hegemônica deste conceito está baseada na relação entre Estado e sociedade intermediada através do uso de TIC (Mossberger et al., 2008; Ribble & Bailey, 2007; Robles, 2009). Nesta perspectiva, a centralidade está direcionada a observar se o cidadão possui o acesso necessário às TIC para se relacionar de forma efetiva com o Estado e acessar políticas e serviços digitais.

Este conceito hegemônico é criticado por não observar o cidadão como um sujeito político que pode estabelecer práticas de mudança da cidadania (Chen et al., 2021) e entender a cidadania como algo estático e não como um processo de participação e transformação ativa da sociedade (Benhabib, 2004; Isin, 2008). Nesta perspectiva crítica, as práticas sociais de cidadania digital são estabelecidas por um cidadão que se constitui através do uso das TIC para a reivindicação de direitos (Isin & Ruppert, 2020).

Porém, tanto a perspectiva hegemônica quanto a crítica propõem um conceito de cidadania digital e de cidadão digital que desfoam a importância do contexto histórico local e das instituições na construção da cidadania. Mesmo com a inclusão das TIC, a cidadania segue relacionada ao pertencimento a uma determinada comunidade

política com seu conjunto de direitos e organização legal (Rydén et al., 2024).

Neste sentido, propomos o conceito de cidadania no contexto da transformação digital como uma forma de retomar a centralidade do contexto histórico e da relação entre instituições e cidadão. Através deste conceito, a construção da cidadania é entendida a partir da relação dialética estabelecida entre as práticas sociais regulamentadas historicamente pelas instituições e influenciadas pelas ações dos agentes em um determinado contexto (Fairclough 2016; Fairclough & Fairclough, 2012).

Na América Latina, a cidadania possui uma trajetória histórica própria vinculada a confluência de múltiplos projetos políticos de disputas de significados (Dagnino, 2006). Estes múltiplos projetos afetam o significado das práticas sociais, com vieses convergentes devido à proximidade discursiva.

O contexto de transformação digital afeta diretamente essa disputa entre projetos políticos de construção de significados da cidadania, com as TIC sendo utilizadas nas práticas sociais de diferentes formas conforme o projeto. As dimensões de cidadania presentes no contexto latino-americano apresentam variação de significados dependendo do projeto político dominante e da forma como as TIC são utilizadas para estabelecer essa preponderância de poder.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é apresentar um framework de análise das dimensões de cidadania no contexto da transformação digital na América Latina a partir dos diferentes projetos políticos em disputa na região. Partindo das dimensões de cidadania propostas por Stokke (2017) – status legal/associação, direitos sociais e participação –, o estudo busca contribuir com a discussão sobre o significado destas dimensões pelos diferentes projetos políticos e como as práticas sociais de desenvolvimento e uso de TIC são estabelecidas pelas relações dialéticas entre as instituições da estrutura social e os agentes baseados nesta disputa discursiva. A questão central que orienta essa pesquisa é: *Como a cidadania no contexto da transformação digital se constitui no cenário latino-americano?*

O artigo está estruturado na seguinte forma, além dessa introdução: na seção 02 é apresentado o conceito de cidadania no contexto da transformação digital em contraposição ao conceito de cidadania digital; na seção 03 é apresentado a cidadania no contexto latino-americano e como as TIC são utilizadas para as práticas sociais dos agentes e instituições através dos diferentes projetos políticos; a seção 04 apresenta a discussão do uso de TIC pelos diferentes projetos políticos e como eles influenciam as dimensões de cidadania e traz a proposta de framework de análise e de quadro analítico.

2. Crítica ao conceito de cidadania digital: a cidadania no contexto da transformação digital

2.1 A relação entre cidadão e Estado através da lente da cidadania digital

Cidadania digital é um tema de pesquisa que vem avançando no campo acadêmico em diversas áreas do conhecimento (Chen et al., 2021; Fernández-Prados et al., 2021). Apesar deste avanço, ainda há uma amplitude conceitual e de formas de mensuração da cidadania digital a partir de diferentes campos de estudo (Chen et al., 2021).

Podemos observar, em diferentes revisões de literatura sobre o tema (Chen et al., 2021; Fernández-Prados et al., 2021), que duas visões hegemônicas de cidadania digital se aproximam conceitualmente. Na área da ciência política, Moosberger et al. (2008) conceituam a cidadania digital enquanto a capacidade do indivíduo em participar da sociedade e se relacionar com o Estado através do uso da internet. Na educação, Ribble e Bailey (2007) definem cidadania digital enquanto o uso apropriado e responsável da internet por parte do indivíduo em sua interação em sociedade e com o Estado.

Ambas as perspectivas partem de uma centralidade das TIC na construção conceitual de cidadania digital. O acesso e as condições de uso da internet são observados como determinantes de alcance das diferentes dimensões da cidadania.

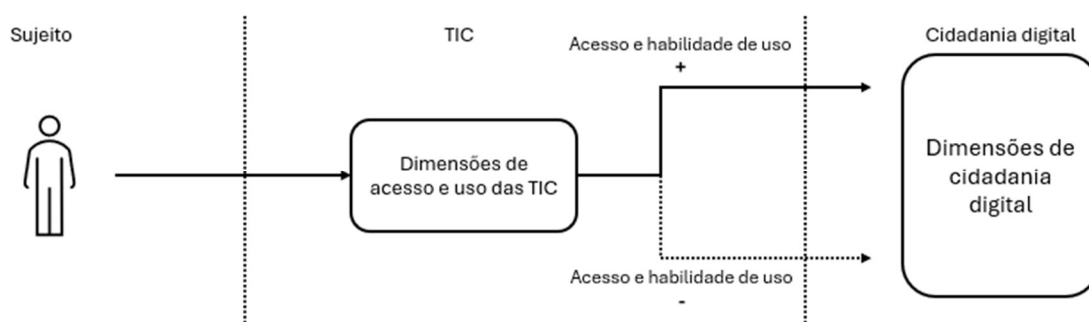
Esta construção conceitual aproxima a cidadania digital de categorias próprias de mensuração da inclusão digital, como as utilizadas no conceito de digital divide (Andreasson, 2015; van Deursen & Helsper, 2015; van Deursen & van Dijk, 2014). As desigualdades digitais entre indivíduos e comunidades, seja na disponibilidade de acesso à internet ou no conhecimento necessário para utilizar as TIC, afetam o engajamento do cidadão e a capacidade de participação social online (Mossberger & Tolbert, 2021).

Partindo desta construção binária entre inclusão e exclusão digital, a proposta conceitual de cidadania digital de Mossberger et al. (2008) busca observar como o uso da internet afeta a capacidade do cidadão em acessar

diferentes dimensões de cidadania. Utilizando as dimensões de cidadania civil, política e social propostas por Marshall & Bottomore (2021), Mossberger et al. (2008) demonstram como a falta de utilização da internet afeta o cidadão em cada uma dessas dimensões no contexto estadunidense.

A proposta conceitual de Mossberger et. al (2008), relacionada com a de Ribble e Bailey (2007) e outras como a de Robles (2009), que entende o cidadão digital como o indivíduo que exercita seus direitos políticos e sociais através da internet, podem ser observadas a partir de um framework comum. Neste framework, a centralidade está nas TIC como forma de acesso à cidadania, como podemos observar na figura 01:

Fig. 1 - Framework comum do conceito de cidadania digital (elaborado pelos autores).



Porém, essa construção conceitual instrumental da cidadania digital não observa o cidadão como um sujeito político que age e pode estabelecer práticas sociais de mudança da realidade (Chen et al., 2021). Esta limitação acaba deixando o conceito aberto à crítica por não conseguir abarcar aspectos das modificações ocorridas através da transformação digital em dimensões da cidadania em determinado contexto histórico e geográfico.

Um destes aspectos passíveis de crítica no conceito de cidadania digital está na presunção da existência de um cidadão digital e de uma cidadania digital dada, o que levaria a existência de uma não cidadania formada por aqueles que estão excluídos da sociedade digital (Rydén et al., 2024). Apesar do impacto das TIC na cidadania devido à transformação digital, a cidadania ainda é fixada nas relações offline do cidadão (Rydén et al., 2024), que se relaciona com o ambiente online, mas não é definida por ele como pretende este conceito de cidadania digital.

Outro aspecto passível de crítica no conceito hegemônico de cidadania digital está no entendimento da cidadania como algo a ser alcançado através do uso das TIC. Este conceito se baseia na definição clássica da cidadania como um conjunto de direitos e deveres estáticos (Isin, 2008), e não como um processo de participação e transformação ativa da sociedade onde indivíduos e grupos lutam em busca de reconhecimento (Benhabib, 2004; Isin, 2008).

Neste conceito de cidadania digital, o cidadão se apresenta como um recipiente de direitos e obrigações a partir do uso da internet (Isin & Ruppert, 2020). O que falta nesta construção conceitual é a figura do cidadão enquanto um sujeito constituído historicamente que se utiliza da internet para reivindicar seus direitos (Isin & Ruppert, 2020).

Ao focalizar a capacidade de acesso do indivíduo à cidadania através da tecnologia, a perspectiva hegemônica de cidadania digital acaba por relegar a segundo plano a capacidade do indivíduo e de movimentos organizados em utilizar a tecnologia não para acessar uma determinada realidade, mas sim transformá-la. A cidadania é um processo em constante construção, sendo as TIC mais um fator que influencia esta construção em um contexto de transformação digital.

Uma perspectiva de contraposição a este conceito hegemônico de cidadania digital parte desta crítica para propor o foco no cidadão digital enquanto agente central no processo de construção da cidadania (Isin & Ruppert, 2020). As dimensões de cidadania deixam de ser algo estático a ser alcançado através das TIC para se tornarem processos dinâmicos influenciados pelo agir do cidadão.

2.2 O processo de construção da cidadania digital

Entender a cidadania e o cidadão digital não deve se resumir apenas à habilidade de se relacionar em sociedade ou com o Estado através da internet (Isin & Ruppert, 2020). A formação da cidadania e do cidadão é um processo histórico e geográfico complexo, em que as TIC se constituem em um novo elemento que possui o potencial de alterar esse processo, mas não de determiná-lo (Isin & Ruppert, 2020).

A questão é que o acesso e participação em dimensões da cidadania baseada no uso de TIC não estabelece necessariamente uma nova forma de cidadania e um novo cidadão, mas afeta a já existente (Schou, 2018). As dimensões da cidadania são afetadas, mas não criadas, através da nova forma de participação política com o uso de TIC (Schou, 2018).

Se entendemos a construção da cidadania e do cidadão enquanto um processo político e social e não apenas como o uso da internet para acessar direitos já estabelecidos, a questão se torna qual perspectiva utilizar para observar este processo. Neste sentido, duas perspectivas podem ser utilizadas para esta análise: a primeira estabelece o foco na construção do cidadão enquanto sujeito que reivindica direitos através do uso de TIC (Asenbaum, 2019; Isin & Ruppert, 2020) e a segunda foca na relação de construção da cidadania enquanto um processo dialético estabelecidas entre agentes e instituições através de práticas sociais com o uso de TIC (Fairclough, 2016; Fairclough & Fairclough, 2012).

A perspectiva focada na construção do cidadão digital analisa como este se constitui em uma nova figura política (Isin & Ruppert, 2020; Schou, 2018). E esta constituição ocorre através das práticas adotadas pelo cidadão em uma interconexão entre o espaço offline e online (Isin & Ruppert, 2020).

As TIC influenciam na redefinição deste cidadão ao alterar suas interações políticas (Asenbaum, 2019). Nesta perspectiva, a cidadania digital é um processo que se conforma através da intersubjetividade do cidadão em espaços online e offline (Asenbaum, 2019).

No entanto, há aspectos que a perspectiva focada na construção do cidadão digital não contempla. O processo histórico de formação da cidadania conforma não apenas o cidadão, mas também instituições com capacidade de regulamentar práticas sociais e afetar a agência do cidadão. Estas instituições devem ser entendidas em seu contexto histórico e geográfico e as práticas sociais que elas regulam estão diretamente relacionadas a este contexto.

Neste sentido, adotamos uma perspectiva focada na relação entre o cidadão e as instituições e as práticas sociais que eles estabelecem entre si como o aspecto central na formação da cidadania (Fairclough, 2016; Fairclough & Fairclough, 2012). Tanto a formação do cidadão quanto da cidadania ocorre através deste processo em constante mudança entre instituições e agência. A transformação digital é um aspecto que se agrega a esta relação, em que as TIC podem ser utilizadas tanto pelo cidadão quanto pelas instituições em práticas sociais de modificação de diferentes dimensões da cidadania.

Para entender este impacto das TIC na construção da cidadania e do cidadão, propomos o conceito de cidadania no contexto da transformação digital em contraposição à cidadania digital e cidadão digital. Esse conceito é entendido como a construção de práticas sociais de cidadania através da regulação das instituições e da agência dos agentes com o uso de TIC em um determinado contexto histórico.

2.3 A cidadania contextualizada e o conceito de cidadania no contexto da transformação digital

Cidadania é um conceito multifacetado, onde diferentes dimensões e categorias se combinam em configurações múltiplas, dependendo do contexto histórico sob análise (Dagnino, 2006; Wappenstein, 2004). Neste sentido, não há um único conceito de cidadania, mas cidadanias que se conformam por parte de agentes sociais e estatais em práticas de demanda, reivindicações e lutas em determinados contextos locais ou nacionais (Wappenstein, 2010).

Apesar da complexificação conceitual devido a fenômenos como a globalização, migração populacional e a construção de espaços online de participação (Rydén et al., 2024; Stokke, 2017), a cidadania segue relacionada com o vínculo entre um território e os membros da comunidade (Rydén et al., 2024). Um dos principais aspectos de defesa do conceito de cidadania no contexto da transformação digital em contraposição à cidadania digital está no entendimento de que as práticas sociais seguem relacionadas a este contexto territorial offline, e não circunscritas a um universo digital (cyberespaço) construído através das TIC.

Isto significa afirmar que mesmo as práticas sociais realizadas pelos agentes através de TIC em ambientes online estão vinculadas a construção histórica da cidadania em um determinado território. A representação estabelecida no ambiente online é uma abstração do mundo físico com regras e regulação definidas pelos agentes e instituições responsáveis pela produção e implementação das TIC (Sørensen & Pica, 2005).

Os próprios desafios colocados pela transformação digital estão diretamente vinculados com o processo de construção da cidadania em determinado contexto. O movimento #BlackLivesMatter, que ganhou força nas redes sociais e plataformas digitais, está relacionado ao combate ao racismo estrutural existente na realidade estadunidense, ou seja, é uma luta histórica offline que foi redirecionada para as plataformas online (Francis & Wright-Rigueur, 2021).

No âmbito dos estudos de cidadania digital e de cidadão digital, a questão do contexto histórico também é considerada, porém sem a centralidade que estamos propondo neste estudo. Mossberger et al. (2008) demonstra como as dimensões de cidadania digital no contexto estadunidense estão ligadas à princípios ideológicos como o liberalismo econômico, o republicanismo político e a hierarquia atributiva entre os cidadãos. No contexto dinamarquês, Schou e Hjelholt (2018) apresentam a digitalização vinculada ao processo de neoliberalismo afetando o Estado de bem-estar social no contexto dinamarquês.

É a partir deste processo contextualizado na transformação digital que podemos entender como a construção de práticas sociais pelos agentes políticos através do uso de TIC afeta a cidadania e o cidadão. Práticas sociais devem ser entendidas neste estudo enquanto entidades organizacionais estabelecidas entre instituições e agência, sendo moldadas pelas instituições, mas também influenciadas pelos indivíduos através de suas ações (Fairclough, 2003; Fairclough, 2005).

No conceito de cidadania no contexto da transformação digital, as instituições de cidadania são entendidas como estruturas sociais construídas historicamente em um determinado contexto que organizam e regulam as práticas sociais. As TIC podem ser utilizadas nas práticas sociais dos agentes para questionar estas estruturas históricas (Fairclough & Fairclough, 2012).

A mudança nas diferentes dimensões de cidadania e no cidadão ocorrem a partir desta relação entre instituições e agência interrelacionadas através das práticas sociais. No contexto da transformação digital, as TIC são utilizadas para fortalecer práticas sociais de transformação em determinado contexto.

Para entender como as práticas sociais estabelecidas através das TIC pelos agentes e instituições se interconectam, partimos do modelo baseado em dimensões da cidadania proposto por Stokke (2017). Neste estudo, as dimensões de status legal e associação são analisadas em conjunto. As dimensões de cidadania propostas podem ser resumidas da seguinte forma:

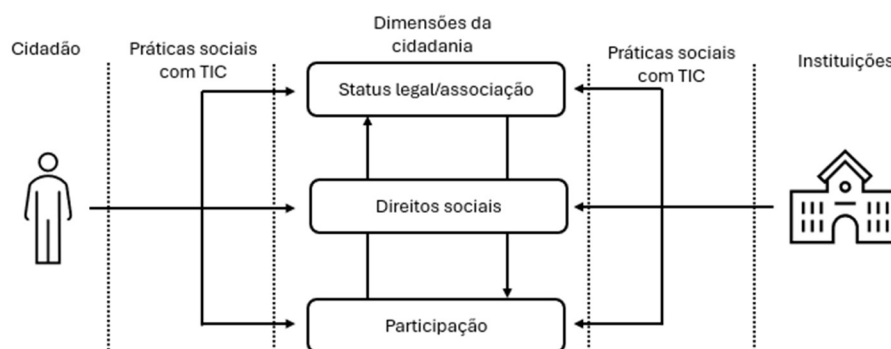
- a) Status legal/associação: pertencimento a uma determinada comunidade política, sendo o conceito de comunidade política variável no tempo e espaço (Stokke, 2017). Relacionada também à condição contratual entre cidadão e Estado baseada em direitos e responsabilidades (Stokke, 2017).
- b) Direitos sociais: relacionada a dimensão de cidadania social de Marshall e Bottomore (2021), se refere ao conjunto de direitos relacionados à associação e ao status formal de cidadão de uma determinada comunidade (Stokke, 2017).
- c) Participação: a participação nos processos de decisão da comunidade é vista como uma dimensão central da cidadania ativa (Dagnino et al., 2006; Stokke, 2017). O direito à participação do cidadão é um aspecto central do aprofundamento democrático (Dagnino et al., 2006).

A partir deste modelo, pode-se entender a cidadania como uma construção onde a forma e a substância das diferentes dimensões são o resultado de disputas políticas (Clarke et al., 2014; Stokke, 2017). No contexto da transformação digital, estas disputas são influenciadas pelo uso de TIC por parte dos agentes e das instituições.

No conceito de cidadania no contexto da transformação digital proposto neste estudo, entendemos que o elo de conexão entre as diferentes dimensões está nas práticas sociais estabelecidas pelas instituições e pelos agentes. Neste sentido, práticas sociais de participação e luta podem ser voltadas para garantir direitos ou a associação do cidadão à determinada comunidade.

Esta relação entre as diferentes dimensões e as práticas sociais de instituições e agentes com o uso de TIC no contexto da transformação digital pode ser ilustrada da seguinte forma (figura 02):

Fig. 2 - Framework de cidadania no contexto da transformação digital (elaborado pelos autores).



Ao analisar o contexto latino-americano, Dagnino et al. (2006) demonstram como a confluência entre projetos políticos antagônicos levam os agentes e as instituições a estabelecerem práticas sociais difusas. Este contexto difere do dinamarquês apresentado por Schou e Hjelholt (2018) onde a contraposição entre o projeto neoliberal e o Estado de bem-estar social está bem definida.

3. A cidadania no contexto da transformação digital na América Latina

3.1 Cidadania na América Latina e a disputa discursiva

No contexto latino-americano, o fenômeno da cidadania ganha força a partir dos anos 1970 e 1980 com a emergência de movimentos sociais de luta pela democratização e por avanços em direitos civis, em especial em países com regime autoritário (Dagnino, 2003). Com a redemocratização observada na América Latina a partir dos anos 1980, estes movimentos sociais adotaram o discurso da cidadania enquanto referência de luta por direitos sociais e como articulador comum entre as diferentes pautas de reivindicações (Alvarez et al., 1998; Dagnino, 2003).

O papel desempenhado pelos movimentos sociais questiona uma cidadania formada historicamente na administração das diferenças sociais a partir da reprodução legalizada das desigualdades (Holston, 2013). É construída uma cidadania insurgente no sentido da ruptura com essa legalização das desigualdades e alicerçada no “direito a ter direitos” (Dagnino, 2003; Holston, 2013).

Movimentos de diferentes matizes e demandas, como as associações comunitárias urbanas no Brasil (Holston, 2013), assembleas barriales na Argentina (Torres et al., 2021) e o Movimento Zapatista no México (Martínez Espinoza, 2024), se aglutinaram em um projeto político específico. Este projeto, multifacetado em suas diferenças nacionais, possui em comum o questionamento das definições políticas de poder na América Latina: seus participantes, instituições, processos, agenda e escopo (Alvarez et al., 1998). Este projeto comum é denominado por Dagnino (2006) como projeto democrático-participativo e tem como base o aprofundamento da democracia em contraposição aos limites de participação estabelecidos pela democracia liberal representativa.

Estabelecendo uma relação com as dimensões de cidadania propostas neste estudo, o projeto democrático-participativo propõe práticas voltadas ao reconhecimento das diferenças como status legal/associação à comunidade. Este entendimento reflete na dimensão de direitos sociais na lógica do “direito a ter direitos” proposta pelos movimentos sociais (Dagnino, 2003) e na de participação através da concepção de compartilhamento do poder do Estado pelo cidadão e por grupos sociais nas esferas decisórias.

No entanto, no mesmo período em que os movimentos sociais ascendiam na América Latina em questionamento aos regimes autoritários ou às limitações da democracia representativa, outro projeto político ganhava força devido à crise dos estados de bem-estar social europeus e a necessidade de reorganização das relações de acumulação capitalista (Dagnino et al., 2006; Pollitt & Bouckaert, 2011): o projeto neoliberal. Ao contrário do foco estabelecido na ampliação da democracia do projeto democrático-participativo, o projeto neoliberal se estrutura na primazia do mercado e no enxugamento do Estado, com a transferência de responsabilidades para a sociedade civil e para o setor privado (Dagnino et al., 2006; Osborne & Gaebler, 1991).

Na América Latina o projeto neoliberal adquire características específicas devido ao contexto de avanço de conquistas democráticas encontrado na maioria dos países da região (Dagnino, 2004). Esta configuração leva o projeto neoliberal a estabelecer interlocução com a sociedade civil e com movimentos sociais em instâncias de participação estabelecidas pelo Estado. Esta relação estabelecida entre os diferentes projetos estabelece uma confluência onde as nuances de entendimentos sobre participação, representação e a própria cidadania se

confundem em discursos com retóricas próximas, mas com significados extremamente diferentes (Dagnino, 2004).

Isto não significa que este processo de confluência ocorra da mesma forma entre os diferentes Estados da América Latina. Enquanto no Chile o processo de democratização ocorreu de forma lenta após a queda de um regime autoritário que serviu de laboratório de experiências neoliberais (Budds, 2013), na Argentina as assembleas barriales ocuparam posição de poder durante a crise política de 2001 com as quedas dos governos de la Rúa e Saá (Torres et al., 2021). O que permanece enquanto característica comum entre os diferentes países é a confluência entre os dois projetos e a disputa de significados da cidadania.

Com relação às dimensões de cidadania, o discurso das políticas de status legal/associação do projeto neoliberal é voltado à inserção do indivíduo à comunidade e a manutenção do contrato social através de ações de entidades privadas e do terceiro setor, buscando reduzir a participação do Estado (Dagnino et al., 2006; Osborne & Gaebler, 1991). Além da redução das atribuições estatais, na visão conservadora do projeto, a expansão da cidadania reivindicada por grupos sociais é questionada.

Na dimensão de direitos sociais, o projeto neoliberal estabelece uma lógica de mercado, tendo o Estado enquanto provedor de serviços e o cidadão visto como um cliente (Dagnino, 2004; Dagnino et al., 2006). Na dimensão de participação, o projeto estabelece uma lógica política instrumental, voltada para o repasse de responsabilidades do Estado para outros setores, como organizações não governamentais (Dagnino, 2004; Dagnino et al., 2006).

Um dos aspectos centrais para o entendimento da confluência entre os dois projetos está em compreender que eles não ocorrem de forma homogênea. Ou seja, dependendo do contexto, as práticas sociais próprias de um determinado projeto podem estar combinadas com outro. Isto ocorre devido a heterogeneidade dos agentes estatais e da sociedade civil (Dagnino et al., 2006) e pelas relações de poder estabelecidas entre os agentes e as instituições, que não permite a hegemonia absoluta de um projeto político devido as variações contextuais de poder.

A transformação digital observada a partir dos anos 2000 afetou diretamente as relações dentro da sociedade e entre Estado e sociedade (Mossberger et al., 2008) devido ao uso das TIC. A utilização das TIC possui a capacidade de ressignificar as práticas sociais estabelecidas pelos diferentes projetos políticos na América Latina. A cidadania no contexto da transformação digital latino-americana é afetada diretamente por estas práticas sociais.

3.2 Transformação digital e a reconstrução das práticas sociais

Segundo dados do E-government Development Index 2024, a América Latina apresenta um índice relevante de governo digital (0.6553), acima da média mundial (0.6382) e que reflete a evolução das agendas digitais de governo eletrônico nos países latino-americanos (Nicolás et al., 2022). Em especial os países da América do Sul apresentam um índice bem acima da média mundial (0.7462).

No âmbito do acesso à internet, a região apresenta um crescimento exponencial a partir dos anos 2000. Apesar deste avanço, desafios de conectividade são observados principalmente em áreas rurais e entre a população de baixa renda (Galperin, 2017).

Este avanço da transformação digital na América Latina possui a capacidade de impactar em diferentes aspectos da cidadania na região. Na implantação de serviços públicos através das TIC (Filgueiras et al., 2019) e no uso de redes sociais e aplicativos para organização e divulgação de lutas por direitos (Blanco, 2019).

Com base no conceito de cidadania no contexto da transformação digital, podemos entender que as dimensões de cidadania são vinculadas ao contexto histórico nas quais são construídas. O uso de TIC na elaboração de práticas sociais de cidadania pelos diferentes agentes é diretamente influenciada por estas instituições construídas historicamente em um determinado contexto.

4. Dimensões de cidadania no contexto da transformação digital e proposta de framework analítico

Nesta seção, apresentaremos as dimensões de cidadania relacionando-as com o contexto latino-americano, as TIC e os projetos políticos. Através desta relação, propomos no final da seção um quadro analítico a ser utilizado em conjunto com o framework de análise de práticas sociais a partir do conceito de cidadania no contexto da transformação digital.

4.1 Status legal/associação à comunidade

Os Mapuches possuem um histórico de contestação territorial frente ao Estado chileno que remonta ao período da

colonização. Para auxiliar nesta luta histórica, comunicadores e ativistas mapuche tem utilizado as TIC para a construção de redes de comunicação e a mobilização entre as comunidades que quebram o bloqueio imposto pela mídia tradicional (Rivera & del Valle Rojas, 2021).

O uso das TIC por movimentos indígenas não se restringe apenas ao caso dos Mapuches. No sul global, as TIC vem sendo utilizadas por estes movimentos como forma de resistência e potencialização de lutas históricas por reconhecimento de reivindicações estabelecidas (Guntarik, 2022; McLean, 2020; Soriano, 2012).

Assim como ocorre com os movimentos indígenas, a apropriação de TIC por movimentos sociais na América Latina é uma constante nas lutas contra as desigualdades (Friedman, 2005; Treré & Magallanes-Blanco, 2015). O uso estratégico destas tecnologias, em especial para comunicação, contribuiu para o desenvolvimento de lutas por direitos de diversos movimentos, como o Zapatista no México (Treré & Magallanes-Blanco, 2015).

Nestes casos como dos Mapuches e do movimento Zapatista, as TIC são apropriadas para potencializar as reivindicações de “direito a ter direitos”, construindo práticas sociais vinculadas ao projeto democrático-participativo. Esta forma de apropriação de tecnologias contrasta com as práticas sociais estabelecidas através do projeto neoliberal.

No discurso do projeto político neoliberal, a dimensão de statu legal/associação está vinculada à utilização das TIC por parte do cidadão para acessar o Estado e vantagens de mercado. “Ser digital” é um prerequisite para o cidadão ser competitivo e estar incluso na vida em sociedade (Schou & Hjelholt, 2018).

Esta construção discursiva aproxima a visão do projeto neoliberal sobre o reconhecimento do cidadão da perspectiva hegemônica de cidadania digital, que observa como o cidadão possui a capacidade de se utilizar das TIC para acessar as diferentes dimensões de cidadania (Mossberger et al, 2008). As estratégias de governo digital na América Latina também refletem essa visão de inclusão a uma cidadania digital através do uso de TIC (OECD, 2023).

A principal diferença entre o projeto democrático-participativo e o projeto neoliberal na dimensão de status legal/associação não está vinculada a questão da importância das TIC para o cidadão. O diferencial está no uso das TIC para acessar a cidadania presente no discurso do projeto neoliberal contrastando com a apropriação das TIC como forma de reivindicação de direitos de acesso à comunidade e manutenção do contrato social.

No projeto democrático-participativo, a apropriação das TIC ocorre como forma de se contrapor as tecnologias da mídia tradicional e as implementadas por instituições estatais (Rivera & del Valle Rojas, 2021; Treré & Magallanes-Blanco, 2015). Enquanto no projeto neoliberal, o uso por parte do cidadão é uma necessidade, mas a ampliação de direitos é questionada através das mídias tradicionais.

4.2 Direitos sociais

A dimensão da cidadania enquanto direitos sociais é uma das mais afetadas por práticas sociais com o uso de TIC. Isto se deve ao avanço na implementação de serviços públicos digitais como uma das principais estratégias de governo digital (Distel & Lindgren, 2021; Filgueiras et al., 2019; Lindgren & Jansson, 2013).

Neste sentido, a implementação de serviços públicos digitais acaba afetando não apenas a discussão de quais direitos sociais o cidadão possui, mas também de como ele acessa estes direitos. Na lógica dos serviços públicos digitais, a interação entre cidadão e Estado é realizada diretamente através das TIC, com o próprio cidadão acessando as plataformas digitais sem a necessidade de mediação de um servidor público (Filgueiras et al., 2019).

Na América Latina, a implementação de serviços públicos digitais também é uma das estratégias centrais de governo digital da maior parte dos países (OECD, 2023). A necessidade do cidadão utilizar as TIC para acessar estes serviços e o papel das TIC nos direitos sociais estabelece uma disputa entre as práticas sociais do projeto neoliberal e do projeto democrático-participativo.

Para o projeto neoliberal, a digitalização de serviços públicos é uma estratégia que vai além da oferta de melhores serviços e a criação de valor para o cidadão. Ela está vinculada também com a redução de custos para a administração pública, sendo esta muitas vezes a prioridade institucional, como demonstra a fala do então ministro da economia do Brasil Paulo Guedes durante o Dia Nacional do Supermercado de 2020:

A Reforma Administrativa tem um alcance estimado em R\$ 300 milhões nos próximos anos. E acreditamos que o resultado será muito maior, pois assumimos que, para cada 100 brasileiros que se aposentem, 70 seriam contratados. O que acontece, na verdade, é que a cada 100 que aposentam, contratamos apenas 26, justamente por conta da digitalização que permite economizar alguns serviços. Então, é possível que a economia seja de até R\$ 500 milhões nos próximos anos por conta do digital (Paulo Guedes, 2020).

Estas práticas de implementação de políticas públicas voltadas para a redução de custos na administração levam a um descompasso entre o avanço da digitalização e a situação fática de acesso às TIC por parte do cidadão. No caso de serviços públicos voltados às populações com menor acesso à internet por questões econômicas ou capacidade de uso, serviços implementados unicamente na modalidade digital podem restringir a capacidade de requerimento (Dos Santos Da Silva & Cruz Rodrigues, 2023).

Quando o projeto neoliberal busca estabelecer respostas para a inclusão digital, ele aposta em uma perspectiva de determinismo tecnológico, atribuindo às TIC a capacidade de resolver questões complexas de exclusão por si só (Rosa, 2013). O projeto democrático-participativo se contrapõe a esta visão instrumental estabelecendo o foco no papel que as TIC podem desempenhar na garantia e expansão de direitos (Rosa, 2013).

Na visão do projeto democrático-participativo, a questão deixa de ser o uso das TIC como instrumentos de acesso ao Estado para se tornar a possibilidade de autonomia para o cidadão. A apropriação tecnológica deve estar combinada com serviços públicos digitais para a garantia e avanço de direitos sociais (Silveira, 2008). A implementação de serviços públicos digitais não pode ser dissociada desta lógica de autonomia e avanço de direitos sociais.

4.3 Participação

A participação do cidadão e de outros agentes não governamentais na definição de políticas públicas digitais é entendida como um aspecto central para a construção de uma cidadania ativa (Bianchi, 2021). A construção de uma agenda de transformação digital no setor público mais inclusiva, sustentável e igualitária depende da participação destes agentes (OECD, 2023).

Apesar deste entendimento sobre a necessidade de participação do cidadão e de outros agentes, os órgãos de coordenação sobre governo digital nos países da América Latina ainda necessitam avançar nesta inclusão de agentes estratégicos não-governamentais. O Uruguai é um caso particular por possuir representação da academia e do setor privado no Consejo Asesor Honorario para la Sociedad de la Información (OECD, 2023).

No entanto, a pauta sobre participação e de agentes não-governamentais se torna uma discussão complexa quando questionamos sobre qual participação estamos falando. Participação é um dos principais conceitos no qual o significado está em disputa entre os diferentes projetos políticos.

Para o projeto neoliberal, o significado de participação está vinculado à transferência de responsabilidades do Estado para agentes não-governamentais e privados. Estes agentes ficam responsáveis pela execução de serviços públicos enquanto o poder decisório das políticas públicas segue nas mãos do Estado (Dagnino, 2004; Dagnino, 2006).

Parcerias-público privadas tem sido utilizadas por governos na América Latina como forma de vencer desafios relacionados ao governo digital (Palaco et al., 2019). Em países como o Brasil, estas parcerias são firmadas para repassar à agentes não-governamentais a operacionalização de plataformas de requerimentos de serviços digitais (Dos Santos Da Silva & Cruz Rodrigues, 2023).

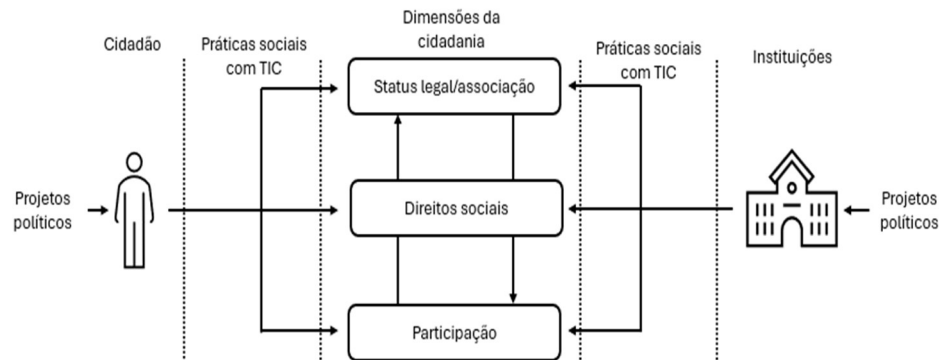
A questão é que a participação no discurso do projeto neoliberal não avança para construção de espaços públicos de discussão e deliberação sobre a estratégia de transformação digital. No discurso do projeto democrático-participativo, este compartilhamento de poder decisório é central para uma participação efetiva do cidadão e de outros agentes não-governamentais (Dagnino et al., 2006).

O caso do Consejo Asesor Honorario para la Sociedad de la Información do Uruguai (OECD, 2023), a instituição do Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital (MGI, 2024) e as diversas experiências de orçamento participativo digital na América Latina (Cunha et al., 2014; Pineda & Iasulaitis, 2016) são casos em que a participação pode deixar de ser instrumental. Este significado de participação pode resultar em um poder decisório efetivo do cidadão e dos agentes não-governamentais através do uso de TIC.

4.4 Framework analítico a partir das dimensões propostas

A análise do contexto latino-americano e da disputa existente entre o projeto democrático-participativo e neoliberal permite a expansão do framework de cidadania no contexto da transformação digital. O framework analítico passa a incorporar os projetos políticos, entendidos como construção discursivas que orientam as práticas sociais com o uso de TIC (figura 03):

Fig. 3 - Framework de cidadania no contexto da transformação digital a partir dos projetos em disputa (elaborado pelos autores).



O cidadão e os agentes não-governamentais não estabelecem apenas práticas sociais vinculadas ao projeto democrático-participativo e as instituições práticas sociais orientadas pelo projeto neoliberal. A pluralidade política, social e cultural do contexto latino-americano reforça essa heterogeneidade e a capacidade de diferentes agentes e instituições em estabelecerem suas práticas a partir dos diferentes projetos políticos em disputa (Dagnino et al., 2006).

Neste sentido, a análise do impacto das práticas sociais com uso de TIC nas diferentes dimensões de cidadania não deve estar focado em qual agente está agindo ou qual instituição está afetando as práticas sociais. A análise deve estar focada em qual projeto político está orientando as ações dos agentes e influenciando as instituições.

No contexto latino-americano, os projetos democrático-participativo e neoliberal disputam o significado de conceitos vinculados as dimensões de cidadania como status legal/associação, participação e direitos sociais. Propomos um quadro analítico (tabela 01) para entendimento destes diferentes significados e como eles podem ser utilizados para a análise de práticas sociais com uso de TIC nas diferentes dimensões de cidadania.

Tab. 01 – Significado das dimensões de cidadania a partir dos projetos políticos

	Status legal/associação	Direitos sociais	Participação
Projeto democrático participativo	Apropriação das TIC como forma de reivindicação de direitos de acesso à comunidade. As TIC se tornam instrumentos de potencialização de lutas por direitos.	TIC como forma de expansão de direitos sociais. Serviços públicos digitais vinculados com a autonomia e avanço de direitos para o cidadão.	Participação enquanto compartilhamento de poder entre agentes estatais, cidadão e agentes não-governamentais. As TIC são utilizadas para construção de espaços deliberativos.
Projeto neoliberal	Uso das TIC para acessar dimensões de uma cidadania já estabelecida. Busca reduzir a capacidade de reivindicação do cidadão.	Direitos sociais acessados através do uso de TIC. A redução de custos é um objetivo a ser alcançado através das TIC. Inclusão digital entendida a partir de uma lente instrumental.	Participação instrumental vinculada com o repasse de responsabilidades estatais para agentes não-governamentais e privados. Poder decisório permanece exclusivo dos agentes estatais.

O framework e o quadro analítico proposto formam um conjunto a ser instrumentalizado para pesquisas empíricas de cidadania no contexto da transformação digital na América Latina. As dimensões e a construção conceitual dos projetos políticos em disputa permitem uma amplitude para abarcar as diferenças regionais, além da inclusão de questões próprias de contextos nacionais.

5. Conclusão

Podemos observar como o contexto latino-americano apresenta questões próprias no processo de construção da cidadania e como os diferentes projetos políticos em disputa na região afetam esta construção. Neste contexto, as

TIC são utilizadas para a construção de práticas sociais orientadas pelos projetos em disputa.

O conceito de cidadania no contexto da transformação digital busca abarcar essa complexidade contextual ao entender as dimensões da cidadania enquanto processos em disputa de significados. As práticas sociais dos agentes e das instituições, orientadas pelos projetos políticos em disputa, se constituem no fator central deste processo.

Significados de conceitos como status legal/associação, direitos sociais e participação não são únicos no contexto latino-americano e se modificam dependendo da visão de cada projeto político em disputa. Ao analisar processos como a implementação de serviços públicos digitais ou a utilização de TIC na construção de espaços virtuais de participação, os analistas devem levar em consideração estes múltiplos significados.

O framework de análise e o quadro analítico apresentados a partir da discussão da cidadania no contexto da transformação digital na América Latina são a contribuição teórica presente neste estudo. Entendemos que este framework e a análise dos diferentes projetos políticos em disputa no contexto latino-americano podem contribuir para estudos empíricos futuros que busquem entender as dinâmicas das práticas sociais com uso de TIC na América Latina.

Estes estudos empíricos de entendimentos das dinâmicas de práticas sociais com uso de TIC na América Latina são a sugestão para estudos futuros. A aplicação do framework e do quadro analítico proposto podem auxiliar no avanço da proposta e na inclusão ou modificação de entendimentos a partir de casos concretos.

6. Informações gerais

- **Financiamento:** Os autores agradecem à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (código de financiamento 001) pelo suporte financeiro.
- **Contribuições dos autores:**

Primeiro(a) autor(a): Conceptualisation, Writing – Original Draft.

Segundo(a) autor(a): Supervision, Validation, Writing – Review & Editing.
- **Uso de IA:** Os autores não utilizaram IA em nenhuma etapa da execução deste estudo.
- **Conflitos de interesse:** Os autores informam que não há conflito de interesses.

Referências

- Alvarez, S. E., Dagnino, E., & Escobar, A. (eds.) (1998). *Cultures of Politics/Politics of Cultures: Revisioning Latin American Social Movements*. Boulder: Westview Press
- Andreasson, K. J. (2015). *Digital divides : the new challenges and opportunities of e-inclusion*. CRC Press, Taylor & Francis Group.
- Asenbaum, H. (2019). Rethinking Digital Democracy: From the Disembodied Discursive Self to New Materialist Corporealities. *Communication Theory*. <https://doi.org/10.1093/ct/qtz033>
- Benhabib, S. (2004). The Rights of Others: Aliens, Residents, and Citizens. In *The Seeley Lectures*. Cambridge University Press. [https://doi.org/DOI: 10.1017/CBO9780511790799](https://doi.org/DOI:10.1017/CBO9780511790799)
- Bianchi, C. (2021). Fostering sustainable community outcomes through policy networks: A dynamic performance governance approach. *Handbook of Collaborative Public Management, February*, 349–372. <https://doi.org/10.4337/9781789901917.00036>
- Blanco, M. R. (2019). From “Ni una más” to #Niunamenos: Women’s and feminism in Latin America | Del ¡Ni una más! al #NiUnaMenos: movimientos de mujeres y feminismos en América Latina. *Política y Sociedad*, 56(1), 47–67.
- Budds, J. (2013). Water, power, and the production of neoliberalism in Chile, 1973–2005. *Environment and Planning D: Society and Space*, 31(2), 301–318. <https://doi.org/10.1068/d9511>
- Chen, L. L., Mirpuri, S., Rao, N., & Law, N. (2021). Conceptualization and measurement of digital citizenship across disciplines. *Educational Research Review*. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2021.100379>
- Clarke, J., Coll, K., Dagnino, E., & Neveu, C. (2014). Disputing citizenship. In *Disputing Citizenship*. <https://doi.org/10.51952/9781447312543>
- Cunha, M. A. V. C. Da, Coelho, T. R., & Pozzebon, M. (2014). Internet and participation: The case of digital participatory budgeting in Belo Horizonte. *RAE Revista de Administracao de Empresas*, 54(3), 296–308. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020140305>
- Dagnino, E. (2003). Citizenship in Latin America. *Latin American Perspectives*, 30(2), 211–225. <https://doi.org/10.1177/0094582x02250624>

- Dagnino, E. (2004). ¿Sociedad civil, participación e ciudadanía: de que estamos falando? *MATO, D. (Org.). Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil En Tiempos de Globalización*, 95–110.
- Dagnino, E. (2006). MEANINGS OF CITIZENSHIP IN LATIN AMERICA. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue Canadienne Des Études Latino-Américaines et Caraïbes*, 31(62), 15–51.
<http://www.jstor.org/stable/41800320>
- Dagnino, E., Olvera A., J., & Panfichi, A. (2006). Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina In Dagnino, E., Olvera A., J., & Panfichi, A. (Org). *A Disputa pela Construção Democrática na América Latina*. Paz e Terra
- Distel, B., & Lindgren, I. (2023). A matter of perspective : Conceptualizing the role of citizens in E-government based on value positions. *Government Information Quarterly, February*, 101837.
<https://doi.org/10.1016/j.giq.2023.101837>
- Dos Santos Da Silva, J. P., & Cruz Rodrigues, D. (2023). DIGITAL PUBLIC SERVICES FOR ARTISANAL FISHERMEN: A case study under Bourdieu's theory of practice in communities of the Brazilian Amazon. *Proceedings of the 24th Annual International Conference on Digital Government Research*, 601–613.
<https://doi.org/10.1145/3598469.3598535>
- Fairclough, I. & Fairclough, N. (2012). *Political Discourse Analysis: a method for advanced students*. Routledge
- Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. Routledge
- Fairclough, N. (2005). Discourse analysis in organization studies: The case for critical realism. *Organization Studies*, 26(6), 915–939. <https://doi.org/10.1177/0170840605054610>
- Fairclough., N. (2016). *Discurso e Mudança Social*. Editora UNB
- Fernández-Prados, J. S., Lozano-Díaz, A., & Ainz-Galende, A. (2021). Measuring digital citizenship: A comparative analysis. *Informatics*, 8(1), 1–13. <https://doi.org/10.3390/informatics8010018>
- Filgueiras, F., Cireno, F., & Palotti, P. (2019). Digital Transformation and Public Service Delivery in Brazil. *Latin American Policy*, 10(2), 195–219. <https://doi.org/10.1111/lamp.12169>
- Francis, M. M., & Wright-Rigueur, L. (2021). Black Lives Matter in Historical Perspective. *Annual Review of Law and Social Science*, 17, 441–458. <https://doi.org/10.1146/annurev-lawsocsci-122120-100052>
- Friedman, E. J. (2005). The Reality of Virtual Reality: The Internet and Gender Equality Advocacy in Latin America. *Latin American Politics and Society*, 47(3), 1–34. doi:10.1111/j.1548-2456.2005.tb00317.x
- Galperin, H. (2017). *Sociedade digital: hiatos e desafios da inclusão digital na América Latina e o Caribe*. UNESCO. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000262860_por
- Guntarik, O. (2022). Indigenous Resistance in the Digital Age. *Indigenous Resistance in the Digital Age*, 1(2015), 1–8. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-17295-3>
- Holston, J. (2013). *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Companhia das Letras.
- Isin, E. (2008). Theorizing acts of citizenship. *Acts of Citizenship*.
- Isin E, & Ruppert E (2020) *Being Digital Citizens*. 2nd ed. London/New York, NY: Rowman and Littlefield International
- Lindgren, I., & Jansson, G. (2013). Electronic services in the public sector: A conceptual framework. *Government Information Quarterly*, 30(2), 163–172. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2012.10.005>
- Marshall, T. H. & Bottomore, T. (2021). *Cidadania e Classe Social*. Editora Unesp
- Martínez Espinoza, M.I. (2024). Democracia para la dignidad. Movimientos políticos sociales y ciudadanía como aportes a las reflexiones sobre la democracia en América Latina. El caso del Movimiento Zapatista. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*.
- McLean, J. (2020). Decolonising Digital Technologies? Digital Geographies and Indigenous Peoples. In *Changing Digital Geographies: Technologies, Environments and People* (pp. 91–111). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-28307-0_5
- Mello, P. C. (2020). *A Máquina do Ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. Companhia das Letras
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). (2024). *Portaria MGI Nº 9.682, de 23 de dezembro de 2024*. Diário Oficial da União.
- Mossberger, K., & Tolbert, C. J. (2021). Digital citizenship and digital communities: How technology matters for individuals and communities. *International Journal of E-Planning Research*, 10(3), 19–34.
<https://doi.org/10.4018/IJEPR.20210701.0a2>
- Mossberger, K., Tolbert, C. J., & McNeal, R. S. (2008). *Digital citizenship : the internet, society, and participation*. MIT Press.
- OECD/CAF (2023). *Digital Government Review of Latin America and the Caribbean: Building Inclusive and Responsive Public Services*, OECD Digital Government Studies, OECD Publishing, Paris,
<https://doi.org/10.1787/29f32e64-en>.
- Osborne, D., & Gaebler, T. (1994) *Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. MH Comunicação
- Palaco, I., Park, M. J., Kim, S. K., & Rho, J. J. (2019). Public private partnerships for e-government in developing countries: An early stage assessment framework. *Evaluation and Program Planning*, 72, 205–218.
<https://doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2018.10.015>
- Pineda, C., & Iasulaitis, S. (2016). Presupuesto participativo digital: los nuevos formatos de la participación en

-
- red. In *VII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas GIGAPP (Madrid España)* 3–5 de Octubre de 2016.
- Pollitt, C. & Bouckaert, G. (2011). *Public Management Reform: A Comparative Analysis*. Oxford
- Ribble, M., & Bailey, G. (2007). *Digital citizenship in schools (1st ed.)*. International Society for Technology in Education
- Rivera, C. A. M., & del Valle Rojas, J. A. (2021). Technology appropriation and Mapuche self-communication: An interpretation of indigenous e-communication in Chile. *Ethnicities*, 21(6), 1026–1045.
<https://doi.org/10.1177/1468796821998715>
- Robles, J., M. (2009). *Ciudadanía Digital: una introducción a um nuevo concepto de ciudadano*. Editorial UOC
- Rosa, F. R. (2013). Inclusão Digital Como Política Pública: Disputas No Campo Dos Direitos Humanos. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, 10(18), 32–55.
<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=95035070&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>
- Rydén, H. S. M. H., Melchiori, C. E., Braccini, A. M., Cunha, M. A., & Sæbø, Ø. (2024). Citizenship in a Digitalized Society: Exploring Administrative Evil in Digital Government. *CEUR Workshop Proceedings*, 3737, 0–2.
- Schou, J. (2018). *Remaking Citizenship: Welfare Reform and Public Sector Digitalization*,
<https://pure.itu.dk/en/publications/remaking-citizenship-welfare-reform-and-public-sector-digitalizat>.
- Schou, J., & Hjelholt, M. (2018). Digital citizenship and neoliberalization: governing digital citizens in Denmark. *Citizenship Studies*. <https://doi.org/10.1080/13621025.2018.1477920>
- Silveira, S. A. (2008). A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In: Hetkowski, T. M. (Org). *Políticas públicas e inclusão digital*. EDUFBA, p. 20–41.
- Sørensen, C., & Pica, D. (2005). Tales from the police: Rhythms of interaction with mobile technologies. *Information and Organization*, 15(2), 125–149. <https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2005.02.007>
- Soriano, C. R. (2012). The arts of indigenous online dissent: Negotiating technology, indigeneity, and activism in the Cordillera. *Telematics and Informatics*, 29(1), 33–44. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2011.04.004>
- Stokke, K. (2017). Politics of citizenship: Towards an analytical framework. *Norsk Geografisk Tidsskrift*, 71(4), 193–207. <https://doi.org/10.1080/00291951.2017.1369454>
- Torres, F. V., Torres, F. V., Farías, M., & Farías, M. (2021). Construir la ciudadanía colectivamente: prácticas urbanas de una asamblea popular en Buenos Aires, Argentina. *Null*.
<https://doi.org/10.12795/habitatsociedad.2021.i14.02>
- Treré, E., & Magallanes-Blanco, C. (2015). Battlefields, experiences, debates: Latin American struggles and digital media resistance. *International Journal of Communication*, 9(1), 3652–3661.
- van Deursen, A. J. A. M., & Helsper, E. J. (2015). *The Third-Level Digital Divide: Who Benefits Most from Being Online? December*, 29–52. <https://doi.org/10.1108/s2050-206020150000010002>
- van Deursen, A. J. A. M., & van Dijk, J. A. G. M. (2014). The digital divide shifts to differences in usage. *New Media and Society*, 16(3), 507–526. <https://doi.org/10.1177/1461444813487959>
- Wappenstein, S. (2004). *Re-Signifying Citizenship: lessons from the human rights movement in Argentina*. Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association.
www.allacademic.com/meta/p109862_index.html
- Wappenstein, S. (2010). Sobre ciudadanía(s). *Iconos. Revista De Ciencias Sociales*, No. 36